



1. Relatório de Gestão Consolidado do Município de Ferreira do Zêzere

1.1. Introdução

ENQUADRAMENTO LEGAL

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado por RFALEI, prevê no seu artigo 75º a obrigatoriedade dos municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O Regime Jurídico do Setor Empresarial Local e das Participações Locais, sem prejuízo do regime previsto na lei geral, aplica-se à constituição ou à mera participação em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia e pelas áreas metropolitanas.

Já o associativismo municipal e a participação em entidades de direito público são objeto de diploma próprio.

De acordo com o preconizado nesse preceito, os municípios, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, expressamente identificadas por “entidade mãe”, ou “entidade consolidante”, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Assim sendo, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal, ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta (cf. disposto no nº 3 do artigo 75º, do RFALEI).

Para efeitos de apuramento das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas devem atender à existência de controlo, relativamente a outras entidades e que se pode materializar através da detenção total ou parcial no caso dos serviços municipalizados e intermunicipalizados; da natureza empresarial no caso das empresas locais; ou de outra natureza por referência a condições de poder como sejam a detenção da maioria de capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão ou de resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

Ou em alternativa devem atender à presunção de controlo quando se verifique, relativamente a uma entidade, um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado, a saber: a faculdade de vetar os orçamentos; a possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão; a detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livro acesso a estes; a capacidade de

conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios, ou a assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos de outra entidade.

São sempre consolidadas, ainda que com métodos de consolidação diferenciados, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação, ou detenção do município, das entidades intermunicipais, ou entidade associativa municipal.

Já os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são as definidas para as entidades do sector público administrativo.

O Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

Em matéria de consolidação de contas importa sublinhar que o SNC-AP revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, estabelecendo um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas.

Assim a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.

1.2. Consolidação de Contas e o SNC-AP

No SNC-AP os interesses em outras entidades são regulados pelas seguintes normas:

- NCP 21 – Demonstrações Financeiras Separadas

O objetivo desta Norma é prescrever os requisitos de contabilização e divulgação aplicáveis aos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos, ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas.

- NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

O objetivo desta Norma é prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades.

- NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O objetivo desta Norma é prescrever o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial

no tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.

- NCP 24 – Acordos Conjuntos

O objetivo desta Norma é prescrever os princípios de relato financeiro das entidades com interesses em acordos controlados conjuntamente (ou seja, acordos conjuntos).

Adicionalmente, podem ainda aplicar-se as seguintes normas:

- NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
- NCP 16 – Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
- NCP 18 – Instrumentos Financeiros
- NCP 20 – Divulgação de Partes Relacionadas
- EC – Estrutura Conceptual

1.3. Perímetro de Consolidação

O artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26)
- Perímetro de natureza financeira (NCP22)

Quadro 1 – Perímetros de consolidação previstos no SNC-AP

Perímetro de Consolidação Orçamental das Administrações Públicas	Perímetro de Consolidação Financeira das Administrações Públicas
<ul style="list-style-type: none">• Administração Central e SS – Perímetro OE• Regiões Autónomas – Perímetro OR• Administração Local – Perímetro Estatístico (SEC 2010)¹	<ul style="list-style-type: none">• Administração Central e SS – Perímetro OE• Regiões Autónomas – Perímetro OR• Administração Local – Perímetro Estatístico (SEC 2010)
	<ul style="list-style-type: none">• Entidades controladas pelas Administrações Públicas (aplicação da NCP 22).

As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes.

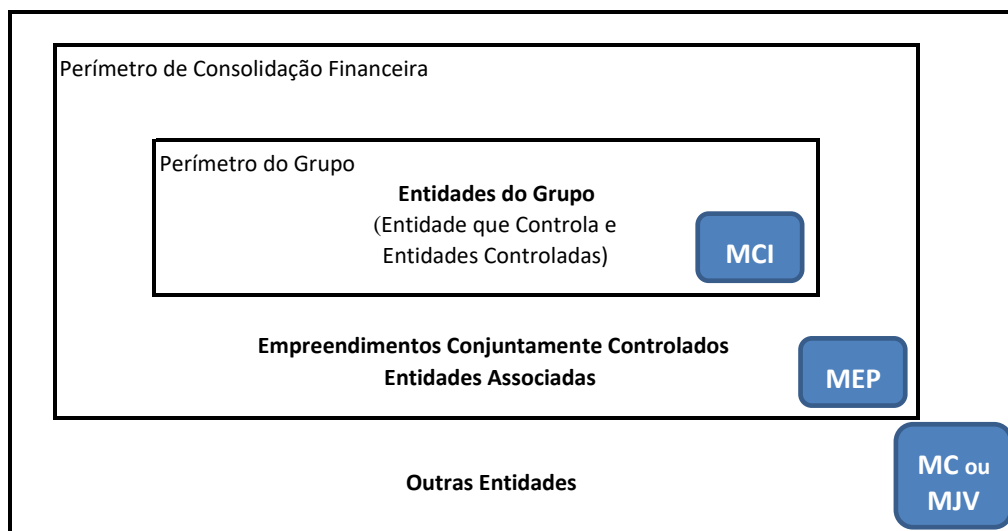
¹ No caso da administração local, o perímetro de consolidação é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsector nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

No entanto não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada.

Assim sendo, aquando da apresentação da prestação de contas consolidadas, os municípios apresentam os mapas orçamentais com o perímetro orçamental e os mapas financeiros com o perímetro de controlo².

b) Perímetro de Grupo vs. Perímetro de Consolidação Financeira

Figura 1 – Métodos de consolidação a aplicar em função do perímetro de consolidação



O Perímetro de consolidação abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

As entidades a integrar o perímetro de consolidação dependem da relação de controlo entre a entidade participante e a entidade participada.

Um Grupo Público é definido nos termos da NCP1, como um grupo de entidades compreendendo a entidade que controla e uma ou mais entidades controladas.

O SNC-AP não estabelece explicitamente os pressupostos de presunção de controlo, no entanto, para a administração local, os mesmos estão previstos nos nºs 4 e 5 do artigo 75º do RFALEI.

De acordo com o citado normativo, a existência ou presunção de controlo, por parte dos municípios, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas relativamente a outra entidade, afere-se pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às seguintes entidades:

² Fonte: FAQ da CNC (Resposta à pergunta n.º 18): (Aprovada pelo CNCP em 07 de novembro de 2017). http://www.cnc.minfinancas.pt/faqs_publico.html

- Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições:
 - De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
 - De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

Presume-se, ainda, a existência de controlo quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- A faculdade de vetar os orçamentos;
- A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Importa ainda distinguir Percentagem de Interesse (ou de Participação), de Percentagem de Controlo (Direitos de Voto):

1.4. Métodos de Consolidação

Quadro 2 – Métodos de mensuração, reconhecimento e consolidação

Controlo	Tipo de Participação	NCP aplicável	Mensuração	
			Contas Individuais	Contas consolidadas
Controlo (exclusivo)	Entidades controladas (Subsidiária, Filial, Empresa do Grupo, Filha, Afiliada) [Normalmente a participação financeira é superior a 50%]	NCP 22	MEP (regra) (1)	MCI (Método da Consolidação Integral)

Influência Significativa	Associada [Normalmente a participação financeira é entre 20% e 50%]	NCP 23	MEP (regra) (1)	MEP (1)
Controlo Conjunto	Empreendimento conjunto (ECC)	NCP 24	MEP	MEP
Sem influência significativa	Outras entidades [Normalmente a participação financeira é < 20%]	NCP 18	Método do Custo ou Método do Justo valor (2)	Método do Custo ou Método do Justo valor (2)

(1) – Custo, caso se verifiquem as condições de exceção previstas no normativo.

(2) – Custo, se o justo valor não for fiavelmente determinado.

Adaptação de: Nota de Enquadramento da conta 41. Investimentos

Quadro 3 - Definição de Método de Consolidação Integral e de Método de Equivalência Patrimonial

Método de consolidação integral	Método de consolidação adotado em situações de controlo exclusivo: Consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas e da eliminação da participação financeira nas demonstrações financeiras da entidade consolidante.
Método da equivalência patrimonial	Método contabilístico (também designado como método simplificado de consolidação) nos termos do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos da associada ou empreendimento conjunto detidos pela investidora. Os resultados da investidora incluem a sua quota-parte nos resultados da participada e os ativos líquidos da investidora incluem a quota-parte nas alterações nos ativos líquidos da participada que não foram reconhecidas através dos resultados.

No caso do Município de Ferreira do Zêzere e uma vez que não detém controlo, de forma direta ou indireta sobre qualquer entidade, configura-se no tipo de **controlo conjunto**, regulado pela NCP 24. Desta forma impõe-se a **consolidação** através do **Método da Equivalência Patrimonial (MEP)** com as empresas locais em que participa: a Empresa **ASTAQ Técnica, EIM**, a Empresa **Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo EIM, S.A.** e a empresa **RSTJ – Gestão e Tratamento de resíduos, EIM**.

1.5. Identificação das entidades incluídas no perímetro da consolidação

- Astaq, Técnica, EIM. Em liquidação
- Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo EIM., S.A.
- RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM., S.A.

1.6. Caracterização das entidades incluídas no perímetro da consolidação

1.6.1. Astaq Técnica, EIM., em liquidação

Empresa em fase de liquidação, aguardando a conclusão das ações judiciais em curso, no âmbito dos processos desencadeados pelos antigos funcionários relativos aos montantes a receber por via da extinção dos postos de trabalho.

Sede Social: Convento de São Francisco, n.º 1

2300-535 Tomar

NIF: 508804817

Capital Social: 5 000,00 € (cinco mil euros)

Percentagem Capital detido: 33,33 %

Poder de controlo: Não

Sistema Contabilístico: SNC

Capital detido: 1 666,67 € do total de capital social.

Caracterização dos Órgãos sociais de 01 de janeiro 2023 até 31 dezembro 2023

Comissão Liquidatária:

Bruno José da Graça Gomes;

Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa;

Hugo Renato Ferreira Cristóvão.

1.6.2. Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo EIM., S.A.

Empresa formada por contrato de gestão delegada assinado no dia 1 de outubro de 2019, detida a 100% de capital pelos Municípios de Ferreira de Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar e Vila Nova da Barquinha, com a responsabilidade da gestão dos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e a recolha indiferenciada de resíduos sólidos urbanos, nestes municípios.

A atividade operacional iniciou-se no dia 1 de janeiro de 2020, nos municípios de Ourém e Tomar, estendendo-se aos restantes, como é o caso do município de Ferreira do Zêzere a 1 de junho do mesmo ano.

Sede Social: Edifício Paço do Conde, Rua Dr. Francisco Sá Carneiro

2490-548 Ourém

NIF: 515545236

Capital Social: €600.000,00 (seiscentos mil euros)

Percentagem Capital detido: 7,94%

Poder de controlo: Não

Sistema Contabilístico: SNC – Foi feita a conversão para SNC-AP

Capital detido: 47 610,00 € do total de capital social.

Caracterização dos Órgãos sociais de 01 de janeiro 2023 até 31 dezembro 2023

Assembleia Geral:

Presidente – Município de Vila Nova da Barquinha, representado por Fernando Manuel dos Santos Freire;

Vice-presidente – Município de Sardoal, representado por António Miguel Cabedal Borges;

Secretário – Município de Ferreira do Zêzere, representado por Bruno José da Graça Gomes;

Conselho de Administração:

Presidente – Município de Ourém, representado por Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque;

Vogal – Município de Tomar, representado por Anabela Gaspar de Freitas;

Vogal – Município de Mação, representado por Vasco António Mendonça Sequeira Estrela;

Órgão de fiscalização: Fiscal único – V L Santos & Associados, SROC, S.A. representada por Vítor Luís Carrasqueira dos Santos, ROC n.º 1527.

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de Entidade: Sociedade Anónima (Setor Empresarial Local)

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2023

Estado das contas individuais do exercício: aprovadas em Assembleia Geral a 28 de março de 2024.

1.6.3. RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM., S.A.

Empresa constituída em 2019 com uma área de intervenção de 10 concelhos: Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha com objeto social a exploração e gestão dos serviços de interesse geral de gestão de resíduos urbanos, quer em alta quer em baixa e ainda a realização de todos os serviços inerentes à limpeza urbana. A sociedade pode ainda exercer atividades no âmbito das energias renováveis e valorização energética obtida a partir de resíduos. A sociedade pode ainda exercer atividades acessórias com o seu objeto, designadamente atividades complementares ou subsidiárias à gestão de resíduos e de limpeza urbana, sistemas de informação geográfica, defesa ambiental e outras atividades inerentes à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos ou outras espécies.

Sede Social: Rua Ferro de Engomar- Eco Parque do Relvão

2140-671 Carregueira

NIF: 515 332 607

Capital Social: 50 000,00 € (cinquenta mil euros)

Percentagem Capital detido: 10,00%

Poder de controlo: Não

Método Consolidação: Método da Equivalência Patrimonial (foi aplicado nas contas individuais do Município, pelo que não serão necessários procedimentos na consolidação).

Sistema Contabilístico: SNC

Percentagem capital detido: 5 000,00 € do total de capital social.

Caracterização dos Órgãos sociais de 01 de janeiro 2023 até 31 dezembro 2023

Conselho de Administração:

Presidente – Município da Chamusca, representado por Paulo Jorge Mira Lucas Cegonha Queimado;

Vogal – Município de Torres Novas, representado por Elvira Maria Machado Cruz Sequeira;

Vogal – Município da Golegã, representado por António Carlos da Costa Camilo;

Órgão de fiscalização: Fiscal único – Tocha, Chaves & Associado, SROC, Lda. representa por Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC n.º 1085

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de Entidade: Sociedade Anónima (Setor Empresarial Local)

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2023

Estado das contas individuais do exercício: aprovadas em Assembleia Geral a 28 de março de 2024.

2. Demonstrações Financeiras Consolidadas

2.1. Balanço consolidado de 2023

Balanço em 31 de dezembro de 2023			
Rubricas	Notas	SNC-AP	SNC-AP
		31-12-2023	31-12-2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	a)	48.143.913,21	47.891.778,34
Propriedades de investimento	b)	366.077,55	373.618,41
Ativos intangíveis	c)	61.770,37	81.550,76
Ativos biológicos		0,00	
Participações financeiras		2.129.555,27	1.803.368,64
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	
Acionistas/sócios/associados		0,00	
Diferimentos		0,00	1.308,08
Outros ativos financeiros		0,00	
Ativos por impostos diferidos		0,00	
Clientes, contribuintes e utentes		4.406,27	3.997,10
Outras contas a receber		0,00	0,00
Total Ativo Não Corrente		50.705.722,67	50.155.621,33
Ativo corrente			
Inventários		196.636,88	200.470,31
Ativos biológicos		0,00	
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		0,00	23.619,13
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	
Clientes, contribuintes e utentes	d)	34.028,47	28.190,54
Estado e outros entes públicos		0,00	1.820,65
Acionistas/sócios/associados		0,00	
Outras contas a receber	e)	1.509.366,96	1.546.888,91
Diferimentos		76.433,55	55.614,15
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	
Outros ativos financeiros		0,00	
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	
Caixa e depósitos		2.883.684,41	2.758.321,81
Total Ativo Corrente		4.700.150,27	4.614.925,50
Total Ativo		55.405.872,94	54.770.546,83
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio/Capital		86.190.883,89	86.190.883,89
Ajustamento de Partes de Capital			
Ações (quotas) próprias		0,00	
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	
Prêmios de emissão		0,00	
Reservas		609.572,53	609.572,53
Resultados transitados	f)	-42.162.786,48	-39.026.649,78
Ajustamentos em ativos financeiros		1.180.264,07	944.037,35
Excedentes de revalorização		0,00	
Outras variações no Patrimônio Líquido	g)	11.325.832,54	8.082.525,10
Resultado líquido do período		-3.802.897,00	-3.165.092,12
Dividendos antecipados		0,00	
Interesses que não controlam		0,00	
Total Patrimônio Líquido		53.340.869,55	53.635.276,97
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	
Financiamentos obtidos	h)	648.583,50	
Fornecedores de investimentos		0,00	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	
Diferimentos		17.114,63	
Passivos por impostos diferidos		0,00	
Fornecedores		0,00	
Outras contas a pagar	i)	344.557,13	337.131,15
Total Passivo Não Corrente		1.010.255,26	337.131,15
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	i)	17.982,92	5.622,13
Fornecedores		145.137,70	1.243,12
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00	
Estado e outros entes públicos	j)	63.957,72	38.845,64
Acionistas/sócios/associados		0,00	
Financiamentos obtidos	h)	58.372,56	
Fornecedores de investimentos		15.347,74	
Outras contas a pagar	i)	659.960,33	747.580,83
Diferimentos	l)	93.989,16	4.846,99
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	
Outros passivos financeiros		0,00	
Total Passivo Corrente		1.054.748,13	798.138,71
Total Passivo		2.065.003,39	1.135.269,86
Total Patrimônio Líquido e Passivo		55.405.872,94	54.770.546,83

Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2023

O balanço consolidado do Grupo Municipal de Ferreira do Zêzere regista um ativo de 55 405 872,94€.

O total do passivo do Grupo Municipal ascende ao montante de 2 065 003,39 € representando cerca de 3,07% do total do ativo.

O Património Líquido do Grupo Municipal ascende ao montante de 53 340 869,55 € traduzindo uma autonomia financeira (Património Líquido/ativo) de cerca de 96,27%.

2.2. Demonstração de Resultados Consolidados de 2023

Demonstração de Resultados por natureza do período findo em a 31/12/2023			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2023	2022
Impostos, contribuições e taxas		2.177.530,12	2.188.378,60
Vendas	a)	19.312,40	6.531,23
Prestações de serviços e concessões		456.347,33	38.174,01
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			
Transferências e subsídios correntes obtidos	f)	5.922.452,02	5.898.949,42
Variações nos inventários da produção		-127.795,15	-29.287,85
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-312.121,97	-312.338,50
Fornecimentos e serviços externos		-3.072.795,09	-2.781.282,10
Gastos com pessoal		-3.837.377,85	-3.288.139,89
Transferências e subsídios concedidos	b)	-1.345.554,50	-1.075.324,85
Prestações sociais	b)		
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		117.879,79	20.753,85
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	c)	103.539,78	207.116,24
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	d)	578.653,90	804.312,98
Outros gastos	e)	-274.082,63	-392.741,46
Resultados Antes de Depreciações e gastos de financiamento		405.988,15	1.285.101,68
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-4.190.441,66	-4.448.914,39
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento)EBIT		-3.952.420,25	3.105.901,87
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-18.443,49	-1.279,41
Resultado Antes de Impostos		-3.802.897,00	-3.165.092,12
Imposto sobre o rendimento			
Resultado Líquido do período		-3.802.897,00	-3.165.092,12
Resultado Líquido do período atribuível a :			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			

O resultado líquido do exercício consolidado apresenta resultado negativo de 3 802 897,00 euros.

2.3. Demonstração dos fluxos de caixa 2023

Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2023		Valores em €	
Rubricas	Notas	Períodos	
		31-12-2023	31-12-2022
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		53.903,02	52.718,23
Recebimentos de contribuintes		2.024.836,84	2.047.394,50
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6.045.572,41	5.895.277,76
Recebimentos de utentes			8.168,73
Pagamentos a fornecedores		-3.506.128,37	-3.085.997,57
Pagamentos ao pessoal		-2.398.302,36	-2.038.599,39
Pagamentos a contribuintes / Utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-1.382.645,15	-1.123.885,47
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		837.236,39	1.755.076,79
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		298.998,14	253.170,18
Outros pagamentos		-3.169.436,63	-3.041.637,19
Fluxos de Caixa das atividades operacionais (a)		-2.033.202,10	-1.033.390,22
Fluxos de caixa das atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-430.985,05	-236.397,28
Ativos intangíveis		-53.111,77	-40.827,81
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		41.745,33	4.182,00
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		666.369,81	428.027,82
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital		1.235.928,61	708.703,62
Juros e rendimentos similares			
Dividendos		2.873,18	5.867,84
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		1.462.820,11	869.556,19
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		711.956,06	5.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-15.815,65	
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		696.140,41	5.000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		125.758,42	-158.834,03
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.758.321,81	2.917.155,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.883.684,41	2.758.321,81
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.758.321,81	2.917.155,84
- Equivalentes a caixa no início do período		-178.212,05	-197.918,22
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		178.212,05	197.918,22
- Variações cambiais de caixa no início do período			0,00
= Saldo da gerência anterior		2.758.321,81	2.917.155,84
De execução orçamental		2.404.991,64	2.578.527,51
De operações de tesouraria		353.330,17	338.628,33
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.883.684,41	2.758.321,81
- Equivalentes a caixa no fim do período		-196.229,83	-178.212,05
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		196.229,83	178.212,05
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		2.883.684,41	2.758.321,81
De execução orçamental		2.523.770,42	2.404.991,64
De operações de tesouraria		359.913,99	353.330,17

2.4. Demonstração consolidada das alterações no património líquido de 2023

Demonstração Consolidada das Alterações do Património Líquido								
Município de Ferreira do Zêzere								
Descrição	Notas	Capital/Património subscrito	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Outras variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	86.190.883,89	609.572,53	-39.026.649,78		7.862.027,93	-3.165.092,12	52.470.742,45
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	1.166.584,61	0,00	1.166.584,61
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	-3.136.136,70	1.180.264,07	2.307.220,00	3.165.092,12	3.516.439,49
	(2)	0,00	0,00	-3.136.136,70	1.180.264,07	3.463.804,61	3.165.092,12	4.673.024,10
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.802.897,00	-3.802.897,00
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)						-637.804,88	870.127,10
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações com detentores de capital no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	86.190.883,89	609.572,53	-42.162.786,48	1.180.264,07	11.325.832,54	-3.802.897,00	53.340.869,55

3. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

3.1. Informações relativas às entidades do perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

3.1.1. Caracterização da entidade consolidante a 31/12/2023

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1.	IDENTIFICAÇÃO		
	Designação	Município de Ferreira do Zêzere	
	NIPC	501216839	
	Natureza	Autarquia Local	
	Endereço postal	Praça Dias Ferreira, n.º 38, 2240-341 Ferreira do Zêzere	
	Telefone	249360150	
	Endereço de correio eletrónico	geral@cm-ferreiradozezere.pt	
	Sítio na internet	www.cm-ferreiradozezere.pt/	
	Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Não	
	Organograma	Em anexo	
2.	LEGISLAÇÃO		
	Regime Financeiro	Lei 73/2013 de 3 de setembro	
	Regime Jurídico	Lei 75/2013 de 12 de setembro	
3.	PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (a especificar – opcional)	Sim	Não
	Serviços Municipalizados		X
	(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)	Influência dominante	
		Sim	Não
	Serviços Intermunicipalizados		X
	Entidades Intermunicipais		X
	Entidades Associativas Municipais		X
	Empresas Locais		X
	Empresas Participadas		X

Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2023

	Cooperativas		X
	Fundações		X
	Entidades de outra natureza		X
4.	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES		
	Pessoa coletiva territorial dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios das respetivas populações.		
5.	COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO de 01/01/2023 a 31/12/2023		
	Bruno José da Graça Gomes		
	Orlando da Silva Patrício		
	Ana Elisabete Farinha Ferreira e Dias Pereira		
	Hugo Miguel de Freitas Azevedo		
	Pedro Manuel dos Santos Alberto		
5.2	NÚMERO DE VEREADORES (1)		
	Em regime de permanência..... 2		
	A meio tempo..... 0		
	Restantes vereadores..... 2		
5.3	NÚMERO DE ELEITORES		
	Até 10.000..... X		
	Mais de 10.000 e menos de 40.000.....		
	Igual ou superior a 40.000.....		
6.	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		
	As demonstrações financeiras foram preparadas, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município.		
	Sistema Informático: Sistemas desenvolvidos pela Associação Informática da Região Centro - AIRC que permitem automatizar e agilizar os processos financeiros cumprindo as complexas exigências legislativas. Existe integração e partilha de dados entre as várias aplicações que permite articular diversa informação. A nível de gestão financeira o Município utiliza as seguintes aplicações: SNC-AP (Sistema de normalização contabilística); SNT (Sistema de normalização de tesouraria); SNP (Sistema de normalização de património); GES (Sistema de Gestão de Stocks); OAD (Obras por administração direta); SCE (Sistema de controlo de empreitadas); SGF (Sistema de gestão de faturação); TAX (Sistema de taxas e licenças).		
7.	OUTRA INFORMAÇÃO		
7.1	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)		
	Entidade fiscalizadora		
	Data da ação		

Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2023

	Período abrangido					
	Identificação da ação					
7.2	APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação				
		Órgão Executivo		Órgão Deliberativo		
	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)	12-09-2019				
	Regulamentos					
	Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	26-01-2017				
	Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão					
7.3	INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação				
		Órgão Executivo		Órgão Deliberativo		
	Revisão Orçamental	08-02-2023		24-02-2023		
	Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)					
7.4	INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS					
	Identificação das entidades que compõem o Grupo Público					
	Astaq Técnica, E.I.M					
	Tejo Ambiente, E.I.M, S.A.					
	RSTJ, E.I.M., S.A.					
7.5	DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		Sim	Não		
	(Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)					
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais		X			
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais					
7.6	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS		Sim	Não		
	(Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)					
	- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias		X			
	- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais		X			
7.7	INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)		Sim	Não		
	- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa [2]					
	- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro		175			

Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2023

7.8	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício			Fim do exercício		
		1 dia			5 dias		
7.9	A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)						
	- Data da constituição						
	- Entidades associadas existentes no fim do exercício						
	- Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência						
7.10	CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS			Sim	Não		
	(a especificar)				X		
	- Concessionário: EDP Distribuição - Energia, S.A.						
	- Objeto da concessão: Contrato de Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Ferreira do Zêzere						
	- Data de celebração do contrato: 10 de julho de 2001						
	- Período da concessão: 20 anos renovável por igual período de tempo						
	- Natureza da concessão: conforme disposto no Decreto Lei n.º 344-B/82, de 1 de setembro, na sua atual redação.						
	- Concessionário: Águas do Vale do Tejo, S.A.						
	- Objeto da concessão: Concessão da exploração e gestão do sistema municipal de abastecimento de água e saneamento.						
	- Data de celebração do contrato: 30 de junho de 2015						
	- Período da concessão: 30 anos						
	- Natureza da concessão: exploração e gestão em regime de exclusividade						
7.11	MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES			Sim	Não		
	(a especificar)				X		

3.1.2. Caracterização das entidades participadas incluídas na consolidação

As entidades participadas incluídas na consolidação são as seguintes:

Denominação	NIF	Capital Social	Participação no final Exercício		Lei 50/2012	Método consolidação
			% partic	Valor realizado		
ASTAQ Técnica, EIM	504475606	5.000,00 €	33,33%	1.666,67 €	Setor Emp. Local	MEP
Tejo Ambiente, EIM, SA	515515507	600.000,00 €	7,94%	47.610,00 €	Setor Emp. Local	MEP
RSTJ, EIM SA	515332607	50.000,00 €	10,00%	5.000,00 €	Setor Emp. Local	MEP

3.1.3. Caracterização das entidades excluídas da consolidação

Nos termos do Artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, estão excluídas do perímetro de consolidação de contas as seguintes entidades participadas.

Nome da entidade	NIF	% de participação	Classificação conforme o Artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, vs Controlo
Entidades societárias			
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	513606130	0,37%	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º (Inexiste controlo ou presunção de controlo)
Tagusgás, S.A.	503956538	0,02%	Alínea c) do n.º 4 do Artigo 75.º (Inexiste controlo ou presunção de controlo)

3.2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Considerando o perímetro de consolidação definido pela Lei n.º 73/2013, as demonstrações financeiras consolidadas devem apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites. As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao Exercício de 2022 foram preparadas tendo por base as demonstrações financeiras individuais da entidade consolidante e das entidades participadas.

3.3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Para efeitos de consolidação de contas foi utilizado o método de equivalência patrimonial, que consiste na substituição no balanço no Município de Ferreira do Zêzere, do valor contabilístico das partes de capital detidas, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

3.4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

A dívida de médio e longo prazo apresenta-se discriminada da seguinte forma:

Descrição	Dívida a terceiros	
	Município de Ferreira do Zêzere	Dívida a terceiros Grupo Municipal
Financiamentos obtidos Passivo não corrente	648 583,50€	1 886 070,03€
Financiamentos obtidos Passivo corrente	58 372,56€	154 310,10€
Total	706 956,06€	2 040 380,13€

A dívida de médio e longo prazo que se vence nos quatro anos seguintes à data do balanço é a seguinte:

Descrição	Dívida a terceiros	
	Município de Ferreira do Zêzere	Dívida a terceiros Grupo Municipal
Dívidas a Terceiros	1 246 943,00€	1 603 967,59€
Total	1 246 943,00€	1 603 967,59€

3.5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Os fluxos financeiros existentes entre a entidade incluída no perímetro de consolidação são as constantes dos mapas seguintes:

Município de Ferreira do Zêzere/Tejo Ambiente, E.I.M., S.A.										
Fluxos Financeiros	Obrigações e Pagamentos					Direitos e Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas	Anulações	Pagamentos	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos	Anulações	Recebimentos	Saldo Final
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais										0,00
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros		408.803,41		395.586,53	13.216,88	23.693,94	3.708,96	0,00	27.402,90	0,00
	0,00	408.803,41	0,00	395.586,53	13.216,88	23.693,94	3.708,96	0,00	27.402,90	0,00

Município de Ferreira do Zêzere/RSTJ, E.I.M., S.A.										
Fluxos Financeiros	Obrigações e Pagamentos					Direitos e Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas	Anulações	Pagamentos	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos	Anulações	Recebimentos	Saldo Final
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais										0,00
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros		41936,37		41936,37	0,00					0,00
	0,00	41936,37	0,00	41936,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3.6. Informações relativas a determinadas rubricas

Nada a assinalar.

3.7. Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam interrogações às disposições do SNC-AP.

- **Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento:** Todos os bens do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento estão mensurados pelo seu custo de aquisição. As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes.
- **Participações financeiras:** As participações financeiras são mensuradas pelo seu custo.
- **Depreciações e amortizações:** As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência.
- **Contas a receber:** As contas a receber são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam;
- **Acréscimos e Diferimentos:** Os rendimentos e os gastos foram registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos e constam nos respetivos exercícios económicos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios;
- **Inventários:** A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

3.8. Nota 3 – Ativos Intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte:

Quadro 3.1 – Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rúbricas (1)	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações acumuladas (3)	Perdas por Imparidades Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)	Quantia Bruta (6)	Amortizações acumuladas (7)	Perdas por Imparidades Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6)-(7)-(8)
440 Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442 Projetos de desenvolvimento	6.027,00	6.027,00	0,00	0,00	6.027,00	6.027,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	565.637,92	484.087,16	0,00	81.550,76	603.558,94	541.788,57	0,00	61.770,37
444 Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
446 Outros ativos intangíveis	15.867,00	15.867,00	0,00	0,00	15.867,00	15.867,00	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	587.531,92	505.981,16	0,00	81.550,76	625.452,94	563.682,57	0,00	61.770,37

Quadro 3.2 – Ativos intangíveis – quantia estruturada e variações do período

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes variações:

Rúbricas (1)	Quantia estruturada inicial (2)	Variações								Quantia estruturada final 11 = (2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições (3)	Transferências internas (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	81.550,76	54.895,02	0,00	0,00	0,00	0,00	-57.701,41	0,00	-16.974,00	61.770,37
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	81.550,76	54.895,02	0,00	0,00	0,00	0,00	-57.701,41	0,00	-16.974,00	61.770,37

Quadro 3.2a – Ativos intangíveis – Adições

RÚBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	17.453,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.441,22	54.895,02
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	17.453,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.441,22	54.895,02

Quadro 3.2b – Ativos intangíveis – Diminuições

RÚBRICAS	Diminuições				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	-16.974,00	-16.974,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	-16.974,00	-16.974,00

3.9. Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão existentes.

Não há lugar a qualquer pagamento, mas sim a recebimentos.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do Contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão de distribuição de eletricidade em Baixa Tensão	E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.	Equipamento de rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	20 anos	-	-	-	-
Concessão da exploração e gestão do sistema municipal de abastecimento de água e saneamento	Águas do Vale do Tejo, S.A.	Infraestruturas de abastecimento de água e e infraestruturas de saneamento e águas residuais	30 anos	-	-	-	-

3.10. Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível são mensurados pelo seu custo. O gasto de depreciação dos ativos inicia-se quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidades acumuladas foi a seguinte:

Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações acumuladas (2)	Perdas por Imp. Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações acumuladas (6)	Perdas por Imp. Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	3.614.216,58	0,00	0,00	3.614.216,58	3.766.606,24	0,00	0,00	3.766.606,24
Edifícios e outras construções	287.727,79	121.021,72	0,00	166.706,07	575.225,59	141.094,48	0,00	434.131,11
Infraestruturas	88.001.585,22	66.810.835,66	0,00	21.190.749,56	89.274.415,01	70.095.074,06	0,00	19.179.340,95
Patrimônio histórico, artístico e cultural	131.287,42	1.856,16	0,00	129.431,26	134.577,04	2.900,28	0,00	131.676,76
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	1.896.361,14	0,00	0,00	1.896.361,14	1.800.680,16	0,00	0,00	1.800.680,16
	93.931.178,15	66.933.713,54	0,00	26.997.464,61	95.551.504,04	70.239.068,82	0,00	25.312.435,22
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	3.532.733,76	0,00	0,00	3.532.733,76	5.611.288,11	0,00	0,00	5.611.288,11
Edifícios e outras construções	23.073.541,92	7.113.109,29	0,00	15.960.432,63	23.295.260,62	7.588.581,22	0,00	15.706.679,40
Equipamento básico	2.552.360,07	2.141.903,84	0,00	410.456,23	2.736.431,32	2.287.036,82	0,00	449.394,50
Equipamento de transporte	3.436.163,58	2.549.805,55	0,00	886.358,03	3.623.151,36	2.709.988,63	0,00	913.162,73
Equipamento administrativo	381.248,75	365.456,96	0,00	15.791,79	390.820,03	369.932,50	0,00	20.887,53
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	363.446,34	274.905,05	0,00	88.541,29	424.002,15	293.936,43	0,00	130.065,72
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	33.339.494,42	12.445.180,69	0,00	20.894.313,73	36.080.953,59	13.249.475,60	0,00	22.831.477,99
Total	127.270.672,57	79.378.894,23	0,00	47.891.778,34	131.632.457,63	83.488.544,42	0,00	48.143.913,21

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações do Período								Quantia escriturada final 11=(2)+(3)+(4)+(5)+ (6)+(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	3.614.216,58	0,00	152.389,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.766.606,24
Edifícios e outras construções	166.706,07	0,00	287.497,80	0,00	0,00	0,00	-20.072,76	0,00	0,00	434.131,11
Infraestruturas	21.190.749,56	0,00	1.273.353,21	0,00	0,00	0,00	-3.284.238,40	0,00	-523,42	19.179.340,95
Patrimônio histórico, artístico e cultural	129.431,26	3.289,62	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.044,12	0,00	0,00	131.676,76
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	1.896.361,14	1.641.435,88	-1.737.116,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800.680,16
	26.997.464,61	1.644.725,50	-23.876,19	0,00	0,00	0,00	-3.305.355,28	0,00	-523,42	25.312.435,22
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	3.532.733,76	2.230.944,01	-152.389,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.611.288,11
Edifícios e outras construções	15.960.432,63	1.731.232,86	144.624,85	0,00	0,00	0,00	-475.471,93	0,00	-1.654.139,01	15.706.679,40
Equipamento básico	410.456,23	153.124,23	31.641,00	0,00	0,00	0,00	-145.132,98	0,00	-693,98	449.394,50
Equipamento de transporte	886.358,03	201.843,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-160.183,08	0,00	-14.855,22	913.162,73
Equipamento administrativo	15.791,79	9.571,28	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.475,54	0,00	0,00	20.887,53
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	88.541,29	60.555,81	0,00	0,00	0,00	0,00	-19.031,38	0,00	0,00	130.065,72
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	20.894.313,73	4.387.271,19	23.876,19	0,00	0,00	0,00	-804.294,91	0,00	-1.669.688,21	22.831.477,99
Total	47.891.778,34	6.031.996,69	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.109.650,19	0,00	-1.670.211,63	48.143.913,21

Quadro 5.2 A – Ativos fixos tangíveis – Adições

Ativos Fixos tangíveis	Adições										Total	
	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou Troca	Expropriação	Doação	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão,...	Outras		
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural												
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	3.289,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.289,62
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	1.641.435,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.641.435,88
	0,00	1.644.725,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.644.725,50
Ativos fixos em concessão												
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis												
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.230.944,01	2.230.944,01	2.230.944,01
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.731.232,86	1.731.232,86	1.731.232,86
Equipamento básico	0,00	148.742,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.382,10	153.124,23	153.124,23
Equipamento de transporte	0,00	201.843,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201.843,00	201.843,00
Equipamento administrativo	0,00	9.571,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.571,28	9.571,28
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	55.974,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.581,50	60.555,81	60.555,81
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	416.130,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.971.140,47	4.387.271,19	4.387.271,19
Total	0,00	2.060.856,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.971.140,47	6.031.996,69	6.031.996,69

Quadro 5.2 B – Ativos fixos tangíveis – diminuições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Diminuições					Total (7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
	Alienações a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Devolução ou reversão (4)	Fusão, cisão, reestruturação (5)	Outras (6)	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas		0,00	0,00	0,00	-523,42	-523,42
Patrimônio histórico, artístico e cultural		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	-523,42	-523,42
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções		0,00	0,00	0,00	-1.654.139,01	-1.654.139,01
Equipamento básico		0,00	0,00	0,00	-693,98	-693,98
Equipamento de transporte		0,00	0,00	0,00	-14.855,22	-14.855,22
Equipamento administrativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.669.688,21	-1.669.688,21
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.670.211,63	-1.670.211,63

3.11. Nota 6 – Locações

O contrato de locação operacional no qual o Município é o locatário, é o apresentado no quadro abaixo:

Quadro 6.2 – Locações operacionais – locatário

BENS LOCADOS (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas	Pagamentos mínimos	Rendas					
Equipamento Informático (2022)	14.030,28		4.676,76		7.015,14	4.676,76	2.338,38			
Total	14.030,28		4.676,76		7.015,14	4.676,76	2.338,38			

3.12. Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

O montante relativo a empréstimos obtidos durante o exercício de 2023, corresponde ao valor dos juros pagos no ano, apresentado no mapa de empréstimos.

Quadro 7 – Mapa de empréstimos

Mapa de empréstimos																												
Município de Ferreira do Zêzere																												
01-01-2023 a 31-12-2023																												
Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Condições			Pagamentos efetuados			Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamento legal (c)				
	N.º do contrato	Nome da instituição				N.º de registro	Data		Contratado	Utilizado	Taxa de juro			Amortização do capital			Juros			Capital	Juros	Outros encargos(s)	Em 01.01		Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014	
											Inicial	Atual	Spread	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N									
Médio e Longo Prazo	95000001944502	CCAM	11-04-2023	10	0	12786	14-04-2023	Obras de Requalificação do Espaço Público, 2ª Fase - Requalificação do Espaço Público na Rua Eduardo da Mota, em Ferreira do Zêzere	706.956,06	706.956,06	4,047%	4,047%	0,400%	0,00	0,00	706.956,06	0,00	15.815,25	144.365,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	706.956,06	0,00		
Total Geral									706.956,06	706.956,06				0,00	0,00	706.956,06	0,00	15.815,25	144.365,33	0,00	0,00	0,00	0,00	706.956,06	0,00			

3.13. Nota 8 – Propriedades de investimento

A mensuração das Propriedades de Investimentos é realizada pelo Modelo do Custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

Quadro 8.2 – Propriedades de Investimento – modelo de custo

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (2)	Variações						Quantia escriturada Final	Gastos do Período
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Depreciações do Período (5)	Perdas por imparidade (6)	Diferenças cambiais (7)	Diminuições (8)		
Propriedades de Investimento									
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	79.700,00	33.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.040,00	0,00
Edifícios e outras construções	293.918,41	0,00	0,00	-7.540,86	0,00	0,00	-33.340,00	253.037,55	0,00
Investimento curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	373.618,41	33.340,00	0,00	-7.540,86	0,00	0,00	-33.340,00	366.077,55	0,00

3.14. Nota 9 – Imparidade de ativos

Quadro 9 – Imparidade de Ativos

Classes	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumulada	Reversão de imparidades	Quantia recuperável
Depósitos à ordem	2.681.664,06	0,00	0,00	2.681.664,06
Outos depósitos	196.229,83	0,00	0,00	196.229,83
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonific	17.982,92	0,00	0,00	17.982,92
Clientes, contribuintes e utentes	57.034,15	19.996,10	1.396,69	38.434,74
Fornecedores	145.137,70	0,00	0,00	145.137,70
Pessoal	247,12	0,00	0,00	247,12
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber e a pagar	489.748,88	102.143,09	102.143,09	489.748,88
Inventários estratégicos e bens a transferir	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	199.913,14	89.000,00	18.958,82	129.871,96
Produtos acabados e intermédios	218.206,97	250.364,67	98.922,62	66.764,92
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	667.789,54	0,00	0,00	667.789,54
Propriedades de investimento	366.077,55	0,00	0,00	366.077,55
Ativos fixos tangíveis	46.343.233,05	0,00	0,00	46.343.233,05
Ativos intangíveis	61.770,37	0,00	0,00	61.770,37
Investimentos em curso	1.800.680,16	0,00	0,00	1.800.680,16
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	53.245.715,44	461.503,86	221.421,22	53.005.632,80

3.15. Nota 10 – Inventários

Nos quadros seguintes encontram-se registados os custos de inventário e os movimentos efetuados no período em análise.

Quadro 10.1 – Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	199.913,14	70.041,18	129.871,96
Produtos acabados e intermédios	218.206,97	151.442,05	66.764,92
Total	418.120,11	221.483,23	196.636,88

Quadro 10.2 – Inventários movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidades	Outras reduções nos inventários	Outros aumentos de inventários	Quantia escriturada final
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
Mercadorias									
Matérias primas subsidiárias e de consumo	193.831,21	323.290,54	314.892,04		70.041,18		2.882,03	565,46	129.871,96
Produtos acabados e intermédios	346.002,12			127.795,15	151.442,05				66.764,92
Total	539.833,33	323.290,54	314.892,04	127.795,15	221.483,23	0,00	2.882,03	565,46	196.636,88

3.16. Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

O objetivo da presente norma é prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação.

Deve aplicar-se esta norma na contabilização do rendimento proveniente das seguintes transações e acontecimentos com contraprestação – Prestação de serviços e Vendas de bens.

No mapa seguinte apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Quadro 13 – Rendimento de transações com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	168.299,86				
Multas e outras penalidades	16.679,91				
Vendas					
Mercadorias	-278,73				
Produtos acabados e intermédios	19.591,13				
Prestação de serviços					
Serviços específicos das autarquias locais	54.691,01				
Concessões	401.656,32				
Outros rendimentos					
Ganhos em inventários	565,46				
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	2.873,18				
Rendimentos em investimentos não financeiros	157.040,72				
Correções relativas a períodos anteriores	137.616,54				
Outros não especificados	6.775,62				
Total	965.511,02				

3.17. Nota 16 – Rendimentos de transações sem contraprestação

A maior parte do rendimento do Governo nos seus diferentes níveis e de outras entidades públicas é tipicamente proveniente de **transações sem contraprestação** como por exemplo **impostos e transferências**, incluindo transferências financeiras (correntes e de capital), subsídios, multas e penalidades entre outras.

No mapa seguinte apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Quadro 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Patrimônio líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos Diretos					
Derrama	97.072,00				
Imposto municipal sobre imóveis	1.090.290,00				
Imposto único de circulação	261.389,25				
Impostos Indiretos					
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	543.799,10				
Variações nos inventários da produção	-127.795,15				
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Estado	5.869.000,42				
Administração Local	4.598,22				
Segurança Social	11.537,52				
Resto do Mundo	37.315,86				
Reversões					
De perdas por imparidade	221.419,57				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	189.799,01				
Total	8.198.425,80	0,00	0,00	0,00	0,00

3.18. Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não foram constituídas provisões para os processos judiciais em curso, para eventuais responsabilidades financeiras que possam recair sobre o Município na medida em que o órgão executivo considera remota essa probabilidade.

3.19. Nota 17 – Acontecimentos após a data do relato

Autorização

A data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão foi 14 de junho 2024, pelo executivo.

Acontecimentos após a data de relato que não deram lugar a ajustamentos

Não temos conhecimento de acontecimentos após a data de relato que dessem origem a ajustamentos às demonstrações financeiras.

4. Anexos Documentais

4.1. Balanço consolidado

Balanço Consolidado				
	31-12-2023	Ajustamentos a Débito	Ajustamentos a Crédito	BLC
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	48.143.913,21	0,00	0,00	48.143.913,21
Propriedades de investimento	366.077,55	0,00	0,00	366.077,55
Ativos intangíveis	61.770,37	0,00	0,00	61.770,37
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações financeiras	667.789,54	1.463.432,40	1.666,67	2.129.555,27
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	4.406,27	0,00	0,00	4.406,27
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Ativo Não Corrente	49.243.956,94	1.463.432,40	1.666,67	50.705.722,67
Ativo corrente				
Inventários	196.636,88	0,00	0,00	196.636,88
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	34.028,47	0,00	0,00	34.028,47
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	1.509.366,96	0,00	0,00	1.509.366,96
Diferimentos	76.433,55	0,00	0,00	76.433,55
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa e depósitos	2.883.684,41	0,00	0,00	2.883.684,41
Total Ativo Corrente	4.700.150,27	0,00	0,00	4.700.150,27
Total Ativo	53.944.107,21	1.463.432,40	1.666,67	55.405.872,94
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	86.190.883,89	0,00	0,00	86.190.883,89
Ações (quotas) próprias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	609.572,53	0,00	0,00	609.572,53
Resultados transitados	-42.162.786,48	0,00	0,00	-42.162.786,48
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	1.666,67	1.181.930,74	1.180.264,07
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações no Património Líquido	11.128.314,25	0,00	197.518,29	11.325.832,54
Resultado líquido do período	-3.886.880,37		83.983,37	-3.802.897,00
Dividendos antecipados	0,00	0,00	0,00	0,00
Interesses que não controlam	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Património Líquido	51.879.103,82	1.666,67	1.463.432,40	53.340.869,55
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	648.583,50	0,00	0,00	648.583,50
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos	17.114,63	0,00	0,00	17.114,63
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	344.557,13	0,00	0,00	344.557,13
Total Passivo Não Corrente	1.010.255,26	0,00	0,00	1.010.255,26
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	17.982,92	0,00	0,00	17.982,92
Fornecedores	145.137,70	0,00	0,00	145.137,70
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	63.957,72	0,00	0,00	63.957,72
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	58.372,56	0,00	0,00	58.372,56
Fornecedores de investimentos	15.347,74	0,00	0,00	15.347,74
Outras contas a pagar	659.960,33	0,00	0,00	659.960,33
Diferimentos	93.989,16	0,00	0,00	93.989,16
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Passivo Corrente	1.054.748,13	0,00	0,00	1.054.748,13
Total Passivo	2.065.003,39	0,00	0,00	2.065.003,39
Total Património Líquido e Passivo	53.944.107,21	1.666,67	1.463.432,40	55.405.872,94

Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2023

4.2. Demonstração de resultados consolidada

Município de Ferreira do Zêzere				
Demonstração de Resultados Consolidada				
	Município de Ferreira do Zêzere	Exercício 2023		BLC
		Ajustamentos a Débito	Ajustamentos a Crédito	
RENDIMENTOS E GASTOS				
Impostos, contribuições e taxas	2.177.530,12 €	0,00 €	0,00 €	2.177.530,12 €
Vendas	19.312,40 €	0,00 €	0,00 €	19.312,40 €
Prestações de serviços e concessões conjuntos	456.347,33 €	0,00 €	0,00 €	456.347,33 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	5.922.452,02 €	0,00 €	0,00 €	5.922.452,02 €
Variações nos inventários da produção	-127.795,15 €	0,00 €	0,00 €	-127.795,15 €
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-312.121,97 €	0,00 €	0,00 €	-312.121,97 €
Fornecimentos e serviços externos	-3.072.795,09 €	0,00 €	0,00 €	-3.072.795,09 €
Gastos com pessoal	-3.837.377,85 €	0,00 €	0,00 €	-3.837.377,85 €
Transferências e subsídios concedidos	-1.345.554,50 €	0,00 €	0,00 €	-1.345.554,50 €
Prestações sociais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	117.879,79 €	0,00 €	0,00 €	117.879,79 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	103.539,78 €	0,00 €	0,00 €	103.539,78 €
Provisões (aumentos/reduções)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos	494.670,53 €	0,00 €	83.983,37 €	578.653,90 €
Outros Gastos	-274.082,63 €	0,00 €	0,00 €	-274.082,63 €
Resultados Antes de Depreciações e gastos de financiamento	322.004,78 €	0,00 €	83.983,37 €	405.988,15 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-4.190.441,66 €	0,00 €	0,00 €	-4.190.441,66 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento)EBIT	-3.868.436,88 €	0,00 €	83.983,37 €	-3.952.420,25 €
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	-18.443,49 €	0,00 €	0,00 €	-18.443,49 €
Resultado Antes de Impostos	-3.886.880,37 €	0,00 €	83.983,37 €	-3.802.897,00 €
Imposto sobre o rendimento		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado Líquido do período	-3.886.880,37 €	0,00 €	83.983,37 €	-3.802.897,00 €
Resultado Líquido do período atribuível a :		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Detentores do capital da entidade-mãe		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Interesses que não controlam		0,00 €	0,00 €	0,00 €
	-3.886.880,37 €	0,00 €	83.983,37 €	3.802.897,00 €

Resumo:

Resultados Antes de Depreciações e gastos de financiamento	405.988,15 €
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento)EBIT	-3.952.420,25 €
Resultado Antes de Impostos	-3.802.897,00 €
Resultados líquidos do período	-3.802.897,00 €

5. Outras Divulgações

Astaq Técnica, EIM em Liquidação.

A empresa Astaq Técnica, EIM em Liquidação, continua o seu processo de liquidação, existindo, no entanto, processos judiciais a decorrer os quais estão a atrasar a liquidação e encerramento da empresa.

De acordo com a informação informal do advogado que acompanha o processo não se esperam gastos significativos para o Município de Ferreira do Zêzere decorrente desta situação.

Ferreira do Zêzere, junho de 2024

O Presidente da Câmara,

(Bruno José da Graça Gomes)

